



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE/FAX 018 3552 1152

E-mail: [camara@camarapracinha.sp.gov.br](mailto:camara@camarapracinha.sp.gov.br)

Parecer n.º 022

Assunto : **Projeto de Lei n.º 030/2021**

Autor: Prefeito municipal

Relator(a) : **Carina dos Santos Rodrigues Cruz**

## Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade

### 1. Relatório

Cuida-se o expediente de envio a este órgão, sendo o objeto Projeto de Lei n.º 030/2021, cuja ementa: "***Que abre na contabilidade crédito adicional suplementar, especifica e dá outras providências***".

Acompanha: (i) ofício n.º 216/2021; (ii) minuta do projeto de lei; e (iii) mensagem ao projeto de lei.

É a breve síntese do necessário. Passo à análise dos elementos exigidos pelo Regimento Interno, conforme artigo 77, inciso II, alínea "a".

### 2. Análise

A prefeitura de Pracinha almeja à abertura de crédito adicional suplementar, com finalidade de suplementar recursos no orçamento para fazer frente ao pagamento da remuneração dos servidores públicos municipais.

Consoante art. 1º, abre-se crédito no valor de R\$ 885.800,00.

E o prefeito indicou as respectivas fichas, bem, como onde irá suplementar e quais os setores, de acordo com o art. 1º do PL.

Já no art. 2º, declara que os recursos financeiros serão cobertos por conta do excesso de arrecadação no importe de R\$ 671,500,00 e anulação de dotações

Carina



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE/FAX 018 3552 1152

E-mail: [camara@camarapracinha.sp.gov.br](mailto:camara@camarapracinha.sp.gov.br)

no orçamento atual, no valor de R\$ 214,300,00. No corpo do citado artigo, há as menções das respectivas anulações, que podem ser conferidas no PL, que está nas mãos de todos os vereadores para análise e apreciação.

Importa recordar que a Lei Complementar n.º 101/2000 diz: "Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias".

Abaixo, disponibilizo uma tabela informativa sobre cada um dos códigos expostos no PL. Nesse sentido, tais códigos tem duas finalidades: detalhar a Fonte de Recursos em suas possíveis subdivisões, mostrando de maneira individualizada sua vinculação e indicar a destinação do recurso no momento da execução da despesa. A tabela para a classificação das despesas quanto à sua natureza, em conformidade com o disposto na <sup>1</sup>Portaria Interministerial n.º 163, de 4 de maio de 2001:

Categoria Econômica	Número	Objeto
	3.	Despesas Correntes
	4.	Despesas de Capital

Grupos de Natureza de Despesa	Número	Objeto
	1.	Pessoal e Encargos Sociais
	2.	Juros e Encargos da Dívida
	3.	Outras Despesas Correntes
	4.	Investimentos
	5.	Inversões Financeiras
	6.	Amortização da Dívida

Modalidades de Aplicação	Número	Objeto
	90.	Aplicações Diretas

<sup>1</sup> Disponível em : [http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos%20portarias-sof/portaria-interm-163\\_2001\\_atualizada\\_2015\\_02set2015.pdf/](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos%20portarias-sof/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_02set2015.pdf/)

Carina



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE/FAX 018 3552 1152

E-mail: [camara@camarapracinha.sp.gov.br](mailto:camara@camarapracinha.sp.gov.br)

Elementos de Despesa	Número	Objeto
	11.	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Quanto à possibilidade de proceder à anulação parcial, diz a Lei n. 4.320 de 1964: "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: [...] III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei".

Uma vez observados os requisitos legais, com a devida indicação da fonte de recursos, noticiando que será suportado pela anulação parcial das dotações anteriormente citadas (Art. 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/1964), o PL está em consonância com a legislação de regência.

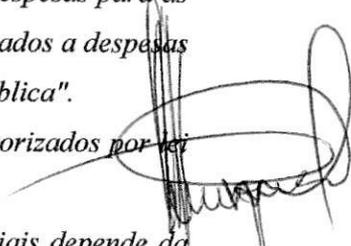
Assim, desincumbindo-se de seu dever legal de apontar ao Poder Legislativo por onde correrão as despesas, neste ponto atendido aos mandamentos previstos na legislação de regência da matéria financeira.

Sobre os créditos adicionais, prevê a Lei nº 4.320/1.964: "Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento".

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em: I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública".

"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo".

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa".

Caixa



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE/FAX 018 3552 1152

E-mail: [camara@camarapracinha.sp.gov.br](mailto:camara@camarapracinha.sp.gov.br)

De igual forma, o prefeito declara que ficam convalidadas as alterações nos Anexos do PPA da LDO e do orçamento local exercício corrente, conforme verifíco na redação do artigo 3º da propositura em análise.

Dessarte, observados os permissivos constitucionais e legais, o projeto de lei está em consonância com o ordenamento jurídico, bem como a matéria é de relevante interesse público.

Trabalho realizado por esta Comissão consistiu no esgotamento do tema exposto, tendo em vista ser de obrigatoriedade do órgão a emissão de seu parecer<sup>2</sup>.

### 3. Conclusão

Ante o exposto, tendo exaurido todos os pontos exigidos pelo artigo 77, inciso II, "a" do Regimento Interno, voto FAVORÁVEL ao **Projeto de Lei nº 030/2021**.

Na forma permissiva do art. 107 do Regimento Interno, acompanharam o voto da relatora os vereadores **Daniel do Nascimento Marques e Cristiane Gisele Bussi da Silva**.

Pracinha - SP, 03 de novembro de 2021.

---

<sup>2</sup> “pronunciamentos das Comissões Técnicas sobre proposições, documentos ou papéis cujo objeto incide na sua competência regimental e têm por finalidade esclarecer à Mesa, à Presidência ou ao Plenário, os aspectos técnicos (inclusive jurídicos) e políticos do assunto submetido à Comissão, possibilitando-lhes deliberar com maior conhecimento do assunto e, pois, com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante, mesmo porque, apesar do esforço técnico, há sempre, possivelmente, algum aspecto que haja escapado ao seu exame e possa vir a ser decisivo no ato de deliberação.” In Andyara Klopstock Sprosser. Direito Parlamentar/Processo Legislativo, edição da Assembleia Legislativa de São Paulo, 2000, pp. 106/107

Carina



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

AV. SANTOS DUMONT N.º 198 - CENTRO CEP 17.790-000 - FONE/FAX 018 3552 1152

E-mail: [camara@camarapracinha.sp.gov.br](mailto:camara@camarapracinha.sp.gov.br)

**Daniel do Nascimento Marques**  
Presidente

**Cristiane Gisele Bussi da Silva**  
Vice-Presidente

**Carina dos Santos Rodrigues Cruz**  
Secretária